UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

LUANA GONÇALVES DA SILVA

ENTRE LIBERTOS E ESCRAVIZADOS: A CONDIÇÃO DO POBRE DIABO NO CONTO "PAI CONTRA MÃE", DE MACHADO DE ASSIS

CAJAZEIRAS - PB
2024

LUANA GONÇALVES DA SILVA

ENTRE LIBERTOS E ESCRAVIZADOS: A CONDIÇÃO DO POBRE DIABO NO CONTO "PAI CONTRA MÃE", DE MACHADO DE ASSIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras/Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras – como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gildemar Pontes

CAJAZEIRAS - PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S586e Silva, Luana Gonçalves da.
Entre libertos e escravizados: a condição do pobre diabo no conto “pai contra mãe”, de Machado de Assis / Luana Gonçalves da Silva. – Cajazeiras, 2024.
37f.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gildemar Pontes.
Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2024.

1. Análise literária. 2. ”Pai contra Mãe” – conto. 3. Machado de Assis - obra literária. 4. Análise de personagens. 5. Conto machadiano - contexto sociocultural. I. Pontes, Carlos Gildemar. II. Título.

UFCG/CFP/BS CDU – 82.09

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

LUANA GONÇALVES DA SILVA

ENTRE LIBERTOS E ESCRAVIZADOS: A CONDIÇÃO DO POBRE DIABO NO CONTO "PAI CONTRA MÃE", DE MACHADO DE ASSIS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras/Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras – como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciada em Letras.

Aprovado em: 14/11/2024

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Gildemar Pontes
(UAL/CFP/UFCG - Orientador)

Prof. Me. Erik Viana Carlos Rodrigues
(E.E.E. F.M./PB – Examinador 1)

Prof. Dr. Elri Bandeira de Sousa
(UAL/CFP/UFCG – Examinador 2)

A Deus, fonte constante de luz e sabedoria;

A minha família, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força, saúde e sabedoria ao longo desta jornada acadêmica, iluminando meus caminhos e me tranquilizando nos momentos difíceis.

Aos meus pais, pela educação, amor e apoio que sempre me ofereceram. Sendo sempre a maior inspiração e base em todas as minhas conquistas.

Aos meus amigos: Anderson, Arthur, Dedice, Jorge e Kamila, que estiveram ao meu lado, compartilhando risos, preocupações e muitas horas de estudo. Obrigada por tornarem essa jornada mais leve.

A minha tia Idalina, cuja generosidade e carinho foram fundamentais durante este percurso. Acolhendo-me em sua casa, não apenas me ofereceu um lugar seguro e confortável para estudar, mas também me envolveu com seu cuidado e apoio.

Ao meu orientador, Gildemar, cuja paciência, dedicação e profundo conhecimento foram cruciais para a realização deste trabalho. Sou imensamente grata por todo o apoio e incentivo.

À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por proporcionar um ambiente de aprendizado e crescimento, e a todos os colaboradores que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse concluir esta tão almejada etapa da minha vida.

RESUMO

Este trabalho busca analisar as dinâmicas de poder e opressão presentes na sociedade escravista brasileira, tomando como objeto de análise o conto "Pai contra Mãe", de Machado de Assis. A pesquisa examina a forma como a liberdade, para os libertos e escravizados, era uma concessão condicionada e limitada, perpetuando estruturas de desigualdade e controle social. Através de uma leitura crítica, evidencia-se como a liberdade, ao invés de representar uma emancipação plena, reforçava a subordinação e a exploração dos menos privilegiados. O estudo também discute o conceito de "pobre diabo" como uma categoria literária que simboliza a marginalização e o fracasso social de indivíduos como Cândido Neves e Arminda, personagens que são vítimas de um sistema opressor e excludente. Ao analisar as interações entre esses personagens, a pesquisa demonstra como as dificuldades econômicas e sociais moldam suas ações e escolhas, levando-os a conflitos que refletem as injustiças e crueldades da sociedade da época. Para fundamentar nossa discussão a respeito desse estudo, nos embasamos nos conhecimentos dos seguintes autores: Assis (1975); Bosi (1982); Carneiro (1971); Chalhoub (2012); Faoro (1974); Freyre (2004); Pontes (2014); Schwarz (2000); entre outros que serviram de suporte para analisarmos e desenvolvermos nosso trabalho neste campo de estudo.

Palavras-chave: Conto. Conflito. Escravidão. Pobre diabo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the dynamics of power and oppression present in Brazilian slave society, taking as its research subject the short story "Father Against Mother", by Machado de Assis. The research investigates the way in which freedom, for freed and enslaved people, was a conditioned and limited concession, perpetuating structures of inequality and social control. Through a critical reading, it becomes clear how freedom, instead of representing full emancipation, reinforced the subordination and exploitation of the less privileged. This study also discusses the concept of "poor man" as a literary category that symbolizes the marginalization and social failure of individuals such as Cândido Neves and Arminda, characters who are victims of an oppressive and exclusionary system. By analyzing the interactions between these characters, the research demonstrates how economic and social difficulties shape their actions and choices, leading them to conflicts that reflect the injustices and cruelties of society at the time. To base our discussion regarding this study, we relied on the knowledge of the following authors: Assis (1975); Bosi (1982); Carneiro (1971); Chalhoub (2012); Faoro (1974); Freyre (2004); Pontes (2014); Schwarz (2000); among others that served as a basis for us to analyze and develop our work in this field of study.

Keywords: Short story. Conflict. Slavery. Poor man.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8

2 CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO CONTO MACHADIANO 10

3 LIBERDADE PARA SER POBRE 21

4 POBRES DIABOS EXPLORAM OUTROS POBRES DIABOS 26

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS 34

1 INTRODUÇÃO

Publicado em 1906, *Pai contra Mãe* é um conto em que Machado de Assis aborda de forma direta o tema da escravidão. Dada a relevância de sua obra e a existência de um já antigo debate em torno de sua suposta negligência ao principal tema social de sua época (Pugliesi, 2018), o conto incluído em *Relíquias da Casa Velha* tornou-se uma referência nas discussões sobre escravidão do ponto de vista da humanização/desumanização das personagens.

Partindo dessa premissa, este trabalho tem como objetivo examinar como as dinâmicas de poder e opressão presentes na sociedade escravista brasileira se apresentam ou se contróem no citado conto de Machado de Assis. A pesquisa aponta para a compreensão de como a liberdade é um fundamento humano que determina a existência ou a negação da existência de alguém nas relações sociais. Não importa se são escravizados ou ex-escravos, libertos, a liberdade pode ser uma concessão limitada pelas condições de exclusão que perpetuam as desigualdades e o controle social e deixam os libertos em condições semelhantes aos escravizados.

Ao realizar uma leitura crítica da obra, discute-se como a liberdade, em vez de representar uma verdadeira emancipação, reforça a subordinação dos menos favorecidos. Além disso, o estudo explora a figura do "pobre diabo", categoria que simboliza a marginalização e o fracasso social de personagens como Cândido Neves e Arminda, que se encontram presos em uma lógica opressora, como se o destino de ambos estivesse conectado pela condição de pobres diabos. A análise dessas interações revela como as pressões econômicas e sociais influenciam suas decisões e ações, refletindo as injustiças da época.

Para embasar a discussão, o trabalho se apoia em teóricos como Chalhoub (2012) que nos apresenta um panorama da sociedade brasileira, em especial da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX. Sua obra contribui para a contextualização da época em que o conto foi publicado e como a dinâmica demográfica contribuiu para as mudanças no encadeamento social e econômico. Schwarz (2000) aborda a relação entre a colonização brasileira e o conceito de "direito de propriedade" e "favor". Ele nos aponta como a estrutura social, resultante da colonização, baseada no monopólio da terra, gerou três classes principais: os latifundiários, os escravos e os "homens livres". Sua obra foi relevante para compreender o contraste entre os valores liberais

europeus e a realidade brasileira. Pontes (2014) nos trouxe o conceito de "pobre diabo", uma categoria literária que representa personagens marginalizados em situação de inferioridade. Inserido no campo do anti-herói, o "pobre diabo" simboliza aqueles cuja existência está marcada por fracassos, negações e impossibilidades de sucesso.

Dessa forma, o trabalho segue a seguinte estrutura: de início temos o capítulo que aborda o “contexto sociocultural do conto machadiano”; em seguida, o capítulo “liberdade para ser pobre”; “pobres diabos exploram outros pobres diabos” e por fim, as considerações finais.

2 CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO CONTO MACHADIANO

O conto *Pai Contra mãe*, de Machado de Assis, é uma narrativa realista que oferece uma representação da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, com especial ênfase na temática da escravidão. Inserido no volume *Relíquias da Casa Velha*, publicado em 1906, esta obra é uma contribuição significativa para a compreensão do contexto histórico e social da época.

Ao contextualizarmos a sociedade da época em que a narrativa foi publicada, verifica-se que havia um cenário de grande fluxo migratório de portugueses para a cidade do Rio de Janeiro, decorrente da crise de desemprego e estancamento econômico em Portugal, acarretando assim o crescimento acelerado da população. Como afirma Chalhoub (2012, p. 44):

> Tudo o que se sabe é que havia 210.515 indivíduos de nacionalidade estrangeira entre os 811.443 habitantes da cidade em 1906, o que representa 26% da população total da cidade, contra os 24% de 1890. Sabe-se também que dentre os estrangeiros 133.393 eram portugueses, o que representa 16% da população total da capital, contra os 20% de 1890.

Dessa forma, os dados revelam que, durante o período entre 1890 e 1906, houve um acréscimo na proporção de indivíduos estrangeiros na composição demográfica da cidade, indicando um aumento relativo de sua representatividade. No entanto, é importante notar que, dentro deste contexto, houve uma redução na participação dos indivíduos de nacionalidade portuguesa em relação à população total, evidenciando uma dinâmica demográfica diferenciada para esta categoria específica.

Outro ponto importante a ser observado na população da cidade no período, que está intimamente associada à dinâmica demográfica da imigração, é a desproporção numérica entre os sexos, uma vez que, como reitera Chalhoub (2012), em 1890, a população masculina representava 56%, enquanto a feminina estava em torno dos 44% da população total. E esse desequilíbrio permaneceu basicamente o mesmo em 1906, em que foram registrados 463.453 indivíduos do sexo masculino e 347.990 do sexo feminino, correspondendo a 57% e 43% da população total, respectivamente. Dos 210.515 residentes de nacionalidade estrangeira contabilizados na ocasião, 150.880, ou seja, 71% eram do sexo masculino.

Essa desigualdade numérica entre os sexos na população da cidade, no decorrer desse período histórico, reflete relevantes dinâmicas sociais e econômicas relacionadas à imigração. A

predominância masculina pode ser designada, em parte, aos padrões migratórios da época, nos quais homens muitas vezes emigravam sozinhos em busca de oportunidades de trabalho, deixando para trás suas famílias. Isso resultou em uma concentração significativa de homens em áreas urbanas, incluindo a cidade do Rio de Janeiro em questão.

Ademais, a contextura de gênero da população estrangeira reflete as demandas específicas de mão de obra em setores como a indústria e a construção, nos quais os homens eram mais frequentemente empregados. Essa disparidade de gênero não apenas interferiu na estrutura demográfica da cidade, mas também teve impactos mais amplos na vida cotidiana, nas relações familiares e nos padrões de trabalho, moldando assim a paisagem social e econômica do período. Sobre isso, afirma Chalhoub (2012, p. 61):

> A cidade do Rio de Janeiro, na época, reunia contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e de serviços. Essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade ingente em arrumar emprego e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioravam ainda mais suas condições de existência.

Portanto, a análise da população da cidade durante o período em questão revela uma persistente desproporção numérica entre os sexos, especialmente entre os residentes de nacionalidade estrangeira. Essa dinâmica demográfica, documentada tanto em 1890 quanto em 1906, ressalta um predomínio masculino significativo na composição populacional, o que pode ser interpretado como um reflexo das tendências migratórias e das condições socioeconômicas da época.

O conto, por sua vez, foi publicado no ano de 1906, posteriormente à promulgação da Lei Áurea em 1888, que marcou o fim oficial da escravidão no Brasil. Na narrativa, situada em um enredo aparentemente íntimo entre um pai e uma mãe, são explorados os aspectos da luta dos escravizados em busca de suas liberdades e direitos. Representa, assim, um retrato da sociedade brasileira durante o período escravocrata, destacando o jogo de poder no qual apenas os indivíduos ricos e influentes detinham voz e privilégios, enquanto os escravizados resistiam às condições desumanas impostas, como a tortura e a exploração laboral, com firmeza e determinação.

Com efeito, percebemos que a transição do sistema de trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil do século XIX obrigou as elites da época a enfrentarem uma urgente

demanda de reestruturação de suas concepções, adaptando suas perspectivas às mudanças socioeconômicas em curso. Então, a lei 13 de maio, que declara extinta a escravidão no Brasil, foi vista como uma ameaça à ordem estabelecida, pois, repentinamente, propunha uma igualdade entre pessoas de classes socias distintas, resultando em mudanças abruptas nas profissões e nos costumes, cujas consequências eram imprevisíveis.

Entretanto, é importante destacar o consenso que se estabelece quanto ao suposto caráter do recém-liberto, uma vez que esses não podiam ser considerados cidadãos comuns, já que eram vistos como pessoas que não estavam preparadas para conviver em sociedade, pois como ociosos eram acusados de cometerem pequenos furtos, roubos, vadiagens etc. Eram então considerados como aqueles que carregavam consigo os hábitos adquiridos em sua condição anterior, em que faltavam-lhes o desejo de contribuir positivamente e buscar uma ocupação digna, além de não possuírem o nível de "civilização" necessário para alcançar a plena cidadania em poucos meses.

Era necessário, então, reprimir os “vícios” dos libertos, vícios esses que seriam superados por meio da educação, sendo essa feita através da criação do hábito de trabalhar obrigatoriamente, através da repressão. Este era exatamente o objetivo do projeto do deputado Antônio Ferreira Vianna. Podemos observar a descrição desses vícios a partir do conto, em que Machado de Assis descreve os castigos que eram aplicados aos escravos: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres” (Assis, 1975, p. 49).

No fragmento mencionado, Machado de Assis não apenas ridiculariza, mas também analisa de forma crítica o ambiente histórico, expondo os instrumentos que os proprietários de terras empregavam para punir seus escravos. Ao descrever os artefatos de tormento, o autor minuciosamente explana sobre suas finalidades, que é justamente para conter os vícios dos escravos, como é evidenciado no trecho citado a seguir:

> A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.

> […]
> O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado (Assis, 1975, p. 49).

Diante do exposto, é possível perceber que o autor não apenas expõe os métodos de punição e controle social utilizados pelos proprietários de escravos, mas também lança luz sobre as concepções dominantes da época em relação aos libertos. Estes recém-libertos da escravidão eram vistos como indivíduos potencialmente perigosos para a ordem social, necessitando, portanto, de uma disciplina rigorosa para serem integrados à sociedade. Através da educação compulsória e da imposição do trabalho, como defendido no projeto do deputado Antônio Ferreira Vianna, buscava-se reprimir os supostos vícios dos libertos e moldá-los conforme as normas sociais vigentes.

No entanto, como poderiam motivar o recém-libertado a se tornar um trabalhador, especialmente considerando sua recente experiência na escravidão? Além disso, como justificariam a implementação de medidas repressivas destinadas a assegurar a organização do trabalho? Sobre isso, afirma Chalhoub (2012, p. 69):

> Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada”.

Desse modo, buscava-se uma fundamentação ideológica para a importância do trabalho, ou seja, argumentos que pudessem legitimar sua necessidade para as classes menos favorecidas. A elaboração do entendimento do trabalho passa por várias fases. A ideia principal e essencial é que o trabalho é o elemento organizador da sociedade, sendo considerado sua "lei máxima".

O conto “Pai contra Mãe” relata a vida de Cândido Neves, também conhecido como Candinho, um homem livre e de recursos modestos confrontado com a dificuldade de encontrar um emprego que sustente sua família, composta por sua esposa jovem, Clara, a tia dela, Mônica, e um filho a caminho. Vendo-se em uma situação financeira precária, ele vê no trabalho de "capitão do mato" (capturador de escravos fugidios) uma oportunidade de ganhar dinheiro com pouco esforço. Morando de favor em uma casa emprestada e enfrentando escassez alimentar,

Cândido enxerga nessa ocupação uma maneira temporária de lidar com suas dificuldades financeiras: “Cândido Neves, - em família, Candinho,- é a pessoa a quem se liga a história de uma fuga, cedeu à pobreza, quando adquiriu o ofício de pegar escravos fugidos. Tinha um defeito grave esse homem, não agüentava emprego nem ofício, carecia de estabilidade; é o que ele chamava caiporismo” (Assis, 1975, p. 50).

Conforme a narrativa desenrola, a demanda por esse serviço diminui à medida que aumenta a competição, exacerbada pelo agravamento das dificuldades econômicas enfrentadas pela população da cidade. Este fenômeno pode ser entendido como efeito natural de uma sociedade que, apesar de ter testemunhado as Revoluções Francesa e Industrial, e de ter adotado um sistema economicamente liberal, persiste em manter uma estrutura político-econômica baseada na escravidão, resultando em altos índices de desemprego. Naquela época, as únicas opções de emprego mais promissoras para homens livres ou libertos incluíam o comércio, a imprensa e os serviços públicos do governo, deixando poucas alternativas remuneradas para a população além de ocupações urbanas de pequena escala. Muitos eram obrigados a recorrer à economia de subsistência ou a se tornar agregados de famílias mais abastadas ou de proprietários de terras.

Nesse sentido, verificamos que as convenções sociais são deixadas de lado, concedendo espaço para uma lógica de poder baseada na manutenção da propriedade e nas relações de favor. Cada personagem preenche uma posição social intrínseca - o senhor, o homem livre e a escrava - e parte em busca do que lhes faltam: Arminda procura dar ao filho que carrega em seu ventre a liberdade que ela mesma não tem, Candinho procura conseguir uma fonte de renda que lhe permita manter seu filho ao seu lado, ao mesmo tempo em que o senhor de escravos deseja recuperar o bem fugitivo que lhe pertence.

Como afirma Pontes (2014), a capacidade de possuir ou não alguma coisa é uma característica que determina a influência de um indivíduo sobre os outros. Quando alguém possui bens materiais, é visto através da abundância de riquezas e do poder econômico; por outro lado, quando se trata de possuir conhecimento e educação, o saber passa a influenciar aqueles que carecem dessas informações. No entanto, em alguns casos, ter conhecimento não é suficiente se não houver também poder econômico. Ainda sobre isso, o autor argumenta que:

> Geralmente, o conhecimento está associado ao poder ou no seu lado oposto, tentando suplantá-lo. O fator econômico é que vai definir o poder superior nesse

> embate de forças. Os detentores do poder sempre têm os meios para a sua manutenção, sejam eles intelectuais ou econômicos, podendo fazer uso da força para alcançar o seu fim (Pontes, 2014, p. 92).

Logo, observamos que os que detêm o poder sempre possuem os mecanismos para a sua constância. Sobre isso, Ihering (2005, p. 12-13) afirma que:

> A posse é o poder de *fato*, e a propriedade o poder de *direito* sobre a coisa. Ambas podem encontrar-se reunidas no proprietário, como também estar separadas; e isto ocorre de duas maneiras: ou o proprietário transfere a outro a posse, reservando pra si a propriedade, ou a posse da coisa lhe é tirada contra a sua vontade.

Assim, no conto, o dono de Arminda representa a classe dominante escravista; Cândido Neves, o homem livre; e a escrava, por sua vez, a classe de escravos. A narrativa se desenvolve a partir das interações entre esses personagens, focadas na manutenção da propriedade, no favor e no desejo de liberdade. Assim, "Pai contra mãe" representa um segmento importante da sociedade estratificada do século XIX, com ênfase na posse e no direito de posse segundo as leis da época.

A partir disso, observa-se que o próprio nome do conto "Pai contra mãe" sugere a batalha entre Cândido Neves e Arminda pela sobrevivência de seus filhos. Arminda pretendia dar à luz um filho que seria livre, motivo pelo qual fugiu da escravidão de seu senhor, sabendo que este também exigiria a propriedade sobre o filho que ela carregava. Em contrapartida, Cândido Neves só poderia reter seu filho recém-nascido junto à família se conseguisse dinheiro para melhorar suas condições de vida. Segundo Bosi (1982), o título tem um significado mais abrangente, pois representa a luta mais ampla entre os pais para garantir o bem-estar de seus filhos.

A análise apresentada por Roberto Schwarz em *As ideias fora do lugar* (2000) é essencial para esclarecer o significado do conceito de "direito de propriedade" e dos princípios do "favor":

> Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre", na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande (Schwarz, 2000, p. 15-16).

Assim, de várias maneiras e denominações, o favor percorreu e influenciou de forma abrangente a existência nacional, destacando-se sempre a relação de produção garantida pela sua força. Esteve presente por toda parte, integrando-se às diversas atividades, sejam elas mais ou menos relacionadas a ele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc.

No contexto histórico europeu do século XIX, havia uma ênfase na "liberdade do trabalho", na "igualdade perante a lei" e no "universalismo", ideias que camuflavam a exploração do proletariado. No entanto, essas ideias não se aplicavam ao Brasil, onde predominava o trabalho escravo:

> O escravismo desmente as idéias liberais; mais insidiosamente o favor, tão incompatível com elas quanto o primeiro, as absorve e desloca, originando um padrão particular. O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material, não podem ser integralmente racionalizados. Na Europa, ao atacá-los, o universalismo visara o privilégio feudal. No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulara a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. - contra as prerrogativas do *Ancien Régime* (Schwarz, 2000, p. 17).

Schwarz argumenta que o liberalismo europeu era apenas um discurso vazio, e, no Brasil, ainda mais vazio. Conforme aponta o crítico, os valores da civilização burguesa incluíam a "autonomia da pessoa", a "universalidade da lei", a "cultura desinteressada", a "remuneração objetiva" e a "ética no trabalho", todos contrastando com a prática escravista e com as relações baseadas no favor que caracterizavam a realidade brasileira:

> O favor, ponto por ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. Entretanto, não estávamos para a Europa como o feudalismo para o capitalismo, pelo contrário, éramos seus tributários em toda linha, além de não termos sido propriamente feudais - a colonização é um feito do capital comercial (Schwarz, 2000, p. 17).

A partir disso, vemos que a falta de uma ocupação definida leva Cândido Neves a experenciar vários trabalhos:

> Começou por querer aprender tipografia, mas viu cedo que era preciso algum tempo para compor bem, e ainda assim talvez não ganhasse o bastante; foi o que ele disse a si mesmo. O comércio chamou-lhe a atenção, era carreira boa. Com

> algum esforço entrou de caixeiro para um armarinho. A obrigação, porém, de atender e servir a todos feria-o na corda do orgulho, e ao cabo de cinco ou seis semanas estava na rua por sua vontade. Fiel de cartório, contínuo de uma repartição anexa ao Ministério do Império, carteiro e outros empregos foram deixados pouco depois de obtidos (Assis, 1975, p. 50).

Essa falta de uma profissão fixa reflete a desvalorização do trabalho na sociedade escravista. Isso ocorre porque as tarefas produtivas e físicas eram majoritariamente praticadas pelos escravos. Portanto, tais responsabilidades eram notadas como degradantes e prejudiciais. Como bem aponta o sociólogo Octávio Ianni (1988, p. 162): "os homens livres fogem das atividades manuais, contaminadas pela casta dos escravos".

Se o trabalho manual antes podia aproximar um homem livre de um escravo, a nova ocupação em que Cândido Neves se envolve o distancia dessa conexão, posicionando-os em lados opostos. O ofício de capturar escravos fugidos, embora possa ter sido uma fonte de renda e uma atividade em um momento histórico específico, serve como um meio de garantir o direito de propriedade do senhor sobre seu escravo. Após a fuga, essa manutenção da propriedade passa a ser assegurada pelas mãos do homem livre. O narrador justifica a escolha desse ofício da seguinte maneira: "Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem" (Assis, 1975, p. 50).

As situações levantadas refletem a situação em que Candinho se encontrava. A ausência de uma profissão precisa já havia sido sugerida pelos diversos trabalhos aos quais se dedicara, sem realmente se comprometer com nenhum deles. A chegada de um filho, o que aumentaria as necessidades financeiras da família, só agravaria a pobreza já existente. Oportunamente, o destino faz com que ele se depare com escravos fugitivos e os reconheça imediatamente, garantindo-lhe assim uma remuneração pelo serviço prestado. O prazer em servir à ordem escravista acrescentava um atributo novo à vida do personagem, já que exigia pouco dele.

Raymundo Faoro, em seu notável estudo *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, reconhece que Cândido Neves é apresentado como um exemplo representativo do trabalhador, cujo espaço estava ocupado e disputado pelos escravos: "Cândido Neves constitui o paradigma do operário, para o qual não havia lugar, lugar disputado e ocupado pelo escravo. Homem pobre,

sem nenhuma habilitação profissional, entrega-se a todos os ofícios, sem se fixar em nenhum" (Faoro, 1974, p. 320).

Naquele contexto, ainda sob os auspícios do regime escravista, emerge a condição de indivíduos desprivilegiados que se veem compelidos a se engajar na atividade de caçadores de recompensa, uma competição que compromete os rendimentos anteriormente mais acessíveis de Candinho. Este cenário ocorre de maneira dramática no momento em que ele se encontra em maior necessidade de recursos financeiros, coincidindo com o nascimento de seu primogênito, fruto de seu recente matrimônio com Clara.

No desenrolar da narrativa, surge a sugestão da tia de Clara, Mônica, que também reside com eles, diante da preocupação sobre a capacidade dos pais de criar o bebê, especialmente considerando sua situação financeira extremamente precária:

> Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dous jovens pais que espreitavam a criança, para beijá-la, guardá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular...” (Assis, 1975, p. 54).

Mônica, consciente da pobreza a que estava destinada, uma vez que dependia da contribuição financeira dada por Candinho para a manutenção da casa, da mesma forma que Clara dependia de ambos e a criança recém-nascida dependia de todos, sugere que o bebê seja entregue à Roda dos Enjeitados, que consistia num mecanismo utilizado para abandonar ou enjeitar recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. É nesse momento, quando o destino trágico parece iminente para Candinho, que ele se depara com a escrava Arminda, por quem ele havia procurado há algum tempo devido à promessa de uma considerável recompensa pelo seu resgate:

> No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona. - Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio. Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário (Assis, 1975, p. 57).

Dessa forma, observa-se um desdobramento em que, em certa medida, sob a perspectiva de uma dinâmica mercantil que incita a competição entre diferentes estratos da sociedade (ainda que, em situações de extrema pobreza, essa competição represente uma luta pela própria subsistência), Cândido Neves transfere sua própria tragédia para a mulher escravizada, evitando assim o sofrimento da perda do filho, uma adversidade que, então, recairá sobre Arminda, já que também estava à espera de um filho:

> - Aqui está a fujona, disse Cândido Neves. - É ela mesma. - Meu senhor! - Anda, entra... Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinqüenta mil réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou (Assis, 1975, p. 58).

Assim, é possível estabelecer uma relação entre Cândido Neves e Arminda, uma vez que ele se encontra em uma posição de dependência financeira do senhor, enquanto ela é propriedade desse mesmo senhor. Ambos estão lutando atormentadamente pela sobrevivência de seus filhos. No entanto, como ironicamente justifica o narrador no final do conto, "nem todas as crianças vingam". A narrativa, permeada pela dinâmica de propriedade e favoritismo, coloca escravos e homens livres em um mesmo nível, mas ao mesmo tempo os diferencia, já que apenas um filho "vinga".

Com isso, vemos que, através do conto e de uma análise do seu contexto sociocultural, somos levados a uma compreensão mais profunda das complexidades e contradições desse período histórico, pois, temos uma visão panorâmica dos aspectos demográficos, econômicos e sociais que moldaram a vida na cidade durante essa época de transição.

É evidente que a sociedade enfrentava desafios significativos, desde a persistência de desequilíbrios de gênero e de desigualdades socioeconômicas até as tensões resultantes da transição da escravidão para o trabalho assalariado. A análise demográfica revela mudanças na composição populacional, com um aumento no número de imigrantes estrangeiros e uma desproporção persistente entre os sexos.

Ao mesmo tempo, o conto *Pai contra Mãe,* de Machado de Assis, oferece-nos um retrato penetrante das dinâmicas de poder e das injustiças sociais da época, destacando a luta dos escravizados por liberdade e dignidade em face da opressão. Através das experiências de

personagens como Cândido Neves e Arminda, somos confrontados com as complexidades morais e as adversidades enfrentadas por aqueles que lutam para sobreviver em uma sociedade em transformação.

3 LIBERDADE PARA SER POBRE

A Lei do Ventre Livre, promulgada em setembro de 1871, permitiu que os filhos dos escravos nascidos, a partir daquela data, fossem livres. Entretanto, o que fazer com uma liberdade se, como filhos de escravos, não teriam onde estudar, onde trabalhar e como se integrarem na sociedade pela condição de permanecerem filhos de escravos?

O escritor Edison Carneiro observa que os primeiros conflitos em favor da liberdade do ventre ocorreram logo antes da abolição compulsória do comércio de escravos pela influência da Inglaterra e pela conveniência dos grandes proprietários de terras. Em 1850, o deputado Silva Guimarães, representante do estado do Ceará, propôs um projeto de lei que garantia a emancipação dos nascidos a partir daquela data e proibia a separação dos casais escravizados:

> Espantados com a ousadia, os seus pares, grandes senhores de escravos que já se preparavam para apoiar o tráfico ilícito, que até 1856 traria mais alguns milhares de negros da África para as suas fazendas, nem sequer julgaram objeto de deliberacão o seu projeto. Se faltava tato, sobrava persistência a Silva Guimarães - e em 1852 oferecia novo projeto, semelhante ao primeiro, com o mesmo resultado de dois anos antes. Ao mesmo tempo, a Sociedade contra o Tráfico de Africanos divulgava um plano que compreendia a liberdade dos nascituros, mas com a obrigação de servirem aos senhores até os 18 (as mulheres) e os 21 anos (os varões) (Carneiro, 1971, p. 19-20).

Esse direito era, por sua vez, degradante, pois eram impostas determinadas condições para se alcançar a liberdade. Durante todo o ciclo de vida, desde a infância até a fase adulta, a pessoa era tratada como uma mercadoria com um prazo de validade, limitando suas experiências e submetendo-as a um controle que visava direcionar o liberto para o trabalho regular.

Sob o sistema escravista e suas consequências históricas, a concessão da liberdade não representava uma emancipação plena, mas sim um processo repleto de obstáculos e restrições. Assim, a "liberdade" oferecida era condicionada e moldada de acordo com os interesses das elites dominantes, distanciando-se da verdadeira ideia de autonomia.

Essa lógica de opressão e subordinação permeava todos os aspectos da vida cotidiana, mesmo após a suposta liberdade, o controle e a exploração mantinham-se presentes. A desigualdade estrutural e a desumanização continuavam a moldar o destino dos menos privilegiados, criando situações em que a sobrevivência estava intimamente ligada à manutenção de antigos vínculos de poder e dominação. A precariedade da liberdade se refletia não apenas na

esfera do trabalho, mas também na fragilidade das relações familiares, onde a luta pela sobrevivência colocava indivíduos em confronto uns com os outros e acirrava uma disputa até o limite, em casos extremos levando à morte.

Acerca disso, no conto *Pai contra Mãe*, a história traz o encontro agressivo entre Candinho e Arminda que se desenvolve de forma tensa e se encerra com a seguinte frase: "Nem todas as crianças vingam". A partir disso, podemos identificar uma conexão existencial que une as dificuldades enfrentadas por Cândido e Arminda. A batalha pelo reconhecimento dos seus direitos parentais se revela como um exemplo específico de um sistema mais amplo que influencia o destino dos membros menos privilegiados, através da construção de estruturas institucionais dominantes. Enquanto Cândido depende financeiramente do senhor, Arminda é considerada sua propriedade: "Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto. - Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração" (Assis, 1975, p. 59).

Ambos lutam desesperadamente pela sobrevivência de seus filhos, mas o narrador conclui que apenas uma criança consegue sobreviver, ou seja, apenas algumas crianças, naquela época – naquele tipo de sociedade – tinham a oportunidade de ter sucesso na vida, e para as crianças escravizadas, o sucesso significava trazer lucro para seus senhores. Era uma troca desigual de destinos: a liberdade de uma criança em troca da servidão de uma escrava.

As crenças e valores ideológicos de Candinho refletem a mentalidade dos senhores de escravos, que viam os negros como meras propriedades, inferiores, e a única justificativa para sua "vingança" seria gerar lucro para o dono. Se Arminda continuasse em liberdade, não haveria a gratificação pelo serviço prestado, logo, o filho de Candinho seria entregue à Roda dos enjeitados; por outro lado, se a captura fosse efetivada, a perda do filho de Arminda seria certeira.

Mas, qual seria o futuro do filho de Arminda, uma vez que lhe é negada qualquer chance de construir sua própria subjetividade? Se a sua voz é silenciada, suas súplicas não encontram respostas, e seus pedidos de socorro são, de forma irônica, recusados na "Rua da Ajuda"? O que aconteceria com o filho se, antes mesmo de nascer, sua liberdade já não se encontrava assegurada?

Como o próprio narrador descreve: "O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono" (Assis, 2009, p. 70). A palavra "fruto", usada pelo narrador – em vez de filho –, pode sugerir a ideia de que o feto era

visto como uma propriedade escrava desde o nascimento. Observamos o desespero do senhor de escravo ao perceber que Arminda aborta. Ou seja, o investimento – a compra de Arminda – não deu o retorno financeiro esperado, já que o futuro escravo gerado por ela nasce morto.

Há, portanto, duas ideias que podem estar subentendidas no texto. A primeira diz respeito às ações de Arminda. Inicialmente, ela se propõe a trabalhar para Cândido, procurando dessa forma alcançar uma nova modalidade de liberdade, dentro de um acordo que lhe possibilitaria a escolha de seu senhor: "[…] eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!" (Assis, 2009, p. 69).

Sobre isso, Pugliesi (2018) afirma que o narrador se concentra minuciosamente no corpo e nos gestos, descrevendo a ação do corpo de Arminda contra o seu captor com vivacidade, como observamos no trecho abaixo:

> Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que devera. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor (Assis, 1975, p. 58).

A luta é retratada com nitidez, transformando-se em uma imagem vívida que se projeta na mente do leitor.

Contudo, na passagem a que se segue, na cena principal, o narrador resume todos os movimentos corporais em um único verbo terminativo: "abortou":

> Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinqüenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou (Assis, 1975, p. 58).

As causas e os efeitos contidos nesse verbo não são explicitamente apresentados. "Nem os gestos que conduziram a esse ponto, nem as evidências materiais do aborto. Tudo se dá fora da descrição do narrador" (Pugliesi, 2018, p. 15). O foco se desloca dos eventos ao chão onde Arminda jaz, voltando-se, em vez disso, para os olhos desesperançados do senhor. "O aborto é, teatralmente, obsceno, dá-se fora da cena" (p. 15).

Portanto, há uma indicação de que Arminda pode ter realizado o aborto. Ao ser conduzida à casa do senhor, ela tenta "gastar mais tempo a chegar lá", possivelmente com o intuito de ganhar tempo para consumir alguma substância abortiva. Anteriormente, a única pista que Cândido tinha sobre a escravizada vinha de uma farmácia: “Não a achou; apenas um farmacêutico da Rua da Ajuda se lembrava de ter vendido uma onça de qualquer droga, três dias antes, à pessoa que tinha os sinais indicados” (Assis, 2009, p. 67).

Sob essa perspectiva, o aborto representaria um ato ético humano supremo, pois coloca em risco a vida natural em nome de outro valor: a liberdade. A personagem escolhe a morte como um caminho para uma fuga autêntica, reconhecendo que existe um valor maior do que a simples existência, do que a própria sobrevivência. A luta da personagem não é apenas contra a prisão, mas contra a escravidão e sua própria condição de escravizada.

Pires e Gill (2017) observam que a proteção às crianças não é sempre uma prioridade. Nem todas as crianças recebem a mesma atenção e cuidado, e muitas vezes são tratadas de forma desumana, refletindo as desigualdades presentes na sociedade brasileira.

> A falaciosa centralidade que se atribui às crianças em alguns discursos está, em grande medida, projetando a proteção de um modelo de organização social que não passa necessariamente por elas, ou no limite, que não é capaz de agregar todas as possibilidades de ser criança no Brasil. O projeto colonial escravista que forjou nossas relações intersubjetivas e institucionais tem muito a nos dizer sobre isso (Pires e Gill, 2017, s.p.).

No conto em questão, observamos que Machado de Assis adotou uma postura crítica e irônica, revelando detalhes cruéis em cada aspecto da narrativa, explorando o confronto entre diferentes culturas, raças e valores, expõe as hipocrisias e injustiças do sistema escravista e das relações de poder. Através dos personagens e suas características emocionais intensificadas, o autor evidencia a violência e a desigualdade presentes no cenário da época, sendo assim, o conto, profundamente revelador das relações sociais brasileiras.

Não há grandiosidade em Cândido Neves, em sua esposa Clara ou na tia Mônica que influencia e decide pela doação do filho recém-nascido do jovem casal. Mônica, por sua vez, acolhe e cria a sobrinha Clara, sustentando a família com seu trabalho como costureira, e gradualmente assume um papel essencial na vida do casal. Ao conseguir um lugar para morar quando são despejados e ao enfatizar a necessidade de buscar soluções extremas para sobreviver,

ela vai moldando a ideia de que a "Roda dos enjeitados" poderia proporcionar um futuro melhor para o bebê abandonado.

Nesse contexto, a ideia surge como uma tentativa desesperada de garantir a sobrevivência da criança, mesmo que isso signifique entregá-la a uma instituição. A dificuldade de sobrevivência, portanto, está ligada tanto à precariedade financeira quanto à incapacidade de cuidar adequadamente do bebê, levando Mônica a acreditar que a Roda seria uma opção mais segura para o futuro da criança do que deixá- la sob a proteção e companhia dos pais.

Neste trecho, a narrativa nos leva a refletir sobre qual será o destino do filho de Candinho?

> -Titia não fala por mal, Candinho. - Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? E depois, há tempo; mais tarde, quando o senhor tiver a vida mais segura, os filhos que vierem serão recebidos com o mesmo cuidado que este ou maior (Assis, 1975, p. 54).

Um detalhe que chama a atenção é o fato de o filho do casal, tão comemorado, não ter seu nome mencionado. É possível que a jornada de Cândido seja uma forma rudimentar de rito de passagem, permitindo que a criança possa sobreviver e, só então, ser nomeada pelo pai.

Além disso, trata-se de filhos de pais cujas profissões estão gradualmente desaparecendo. Machado de Assis percebe esse fato e sugere a ideia de que alguns ofícios e ferramentas irão se extinguir com o passar do tempo. Essas profissões e essas ferramentas dão lugar a outras formas de limitar a “nossa” liberdade, impossibilitando “nosso” crescimento intelectual e econômico. Trata-se de uma liberdade para ser pobre.

Os instrumentos usados para marcar e, para torturar escravos, estão desaparecendo, assim como a figura do "caçador de escravos fugitivos". Conforme aponta Alencastro (2000), esse papel surgiu na legislação colonial em 1625, na Bahia, como parte do esforço para combater e rastrear quilombos. Mais tarde, em 1676, foi formalizada a função de "capitão do mato", encarregado de buscar e capturar escravos fugidos.

4 POBRES DIABOS EXPLORAM OUTROS POBRES DIABOS

No conto *Pai contra mãe,* Cândido Neves é um homem livre que dedica sua vida a procurar escravos fugitivos. Examinando anúncios em jornais, sai à caça deles para devolvê-los aos seus proprietários em troca de recompensa monetária. Embora fosse uma atividade inconstante, era o seu meio de vida. A narrativa ganha intensidade quando Clara, sua esposa, descobre que está grávida e a expectativa do nascimento de uma criança cria tensões na já frágil condição econômica da família.

Prestes a ter que entregar o filho para adoção devido à falta de recursos, Cândido se empenha desesperadamente na captura de uma escrava, de nome Arminda, cuja alta recompensa poderia permitir que ele mantivesse a criança. O desfecho cruel do conto se revela quando se descobre que Arminda, a escrava fugitiva, também está grávida, estabelecendo um choque de direitos entre o pai e a mãe sobre a criação digna de um filho.

Desse modo, verifica-se que o discurso de Machado de Assis aponta para a existência de uma dependência estrutural que conecta as misérias de Cândido e Arminda. A disputa pelo direito à paternidade/maternidade de ambos representa uma manifestação específica de um sistema que interliga os destinos dos pobres diabos subordinados, construído a partir das instituições senhoriais. A ordem escravocrata restringe as forças sociais estabelecidas e limita as possibilidades de desenvolvimento daqueles que não possuem bens.

Pontes (2014) ressalta o significado da categoria do “pobre diabo”, proposta por José Paulo Paes, que é configurada através da negatividade e marginalidade:

> Inserido no campo conceitual do anti-héroi, o “pobre diabo”, expressão transformada em categoria e utilizada por José Paulo Paes para representar um tipo de personagem literário, apresentado no limite da inferioridade, é aquele cuja existência reuniria a soma dos fracassos e impossibilidades de sucesso além do mundo obscuro da negação (Pontes, 2014, p. 43).

Na literatura brasileira, a reprodução do pobre logo remonta ao período colonial, que, embora tivessem participado dos textos, ao longo do tempo foram omitidos na composição oficial da história.

Sobre o conceito de pobre, Pontes (2014) afirma:

> Pobre era associado ao baixo, à vadiagem como modo de vida, desocupado. Se há nessa acepção o mascaramento das relações sociais a fim de inseri-lo na marginalidade, a forma de associar o pobre ao inútil seria estratégia do poder para defender a tese burguesa de que se vence pelo trabalho. Dessa forma, o pobre seria sempre um ser fora das normas, distinto do trabalhador e da sociedade que permitia ao trabalhador alcançar a "riqueza". Sua presença na literatura quase sempre se associa ao baixo, ao grotesco (Pontes, 2014, p. 45).

Esta observação era uma espécie de convenção aceita pela classe dominante para atribuir ao pobre todo tipo de vício, pois assim ele não poderia se libertar de uma condição de inferiorizado. Ao se unir pobre e diabo, a condição das personagens ganha em dramaticidade. "[…] Separadamente, as duas palavras reúnem significados negativos, de ausência, perda, maldade, sofrimento etc. Pobre está associado à carência de bens, ausência de posses; diabo associa-se ao mal, à queda com toda a sua força de negatividade que a religiosidade lhe aufere" (Pontes, 2014, p. 43).

O autor reforça a ideia de que a marginalização do pobre é sustentada por significados negativos culturalmente atribuídos, tanto na linguagem quanto na representação literária. Ao associar o pobre à ausência de bens e à perda, e ainda relacioná-lo ao diabo, uma figura carregada de negatividade e maldade, a sociedade reforça uma imagem de exclusão e inferioridade. Essa construção narrativa não apenas exclui o pobre da "norma" social, mas também o desumaniza, associando-o a conceitos de maldade e sofrimento.

A partir disso, o conto *Pai contra mãe* começa com uma série de oposições. Esse jogo contrapõe os objetos da escravidão aos escravizados, buscando justificar as construções sociais dos senhores pelas necessidades naturais dos escravos. Dessa forma, a sociedade senhorial criou a máscara de folha-de-flandres para corrigir o vício da embriaguez dos escravos, apresentada no texto como uma característica natural dos escravizados. Sem a vontade de beber, perdiam também a de furtar, e "[…] *ficavam dous pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas*" (Assis, 1975, p. 49, grifo nosso). O narrador observa que "*era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel*" (Assis, 1975, p. 49, grifo nosso). Assim, o mal do aparato da escravidão era justificado pela própria condição do pobre diabo, o escravo.

Conrad afirma, em *Os últimos anos de escravatura no Brasil*, que "O escravo era servidor na casa e na rua, a ama de leite dos filhos legítimos do dono e, em muitos casos, a mãe de seus

filhos ilegítimos" (Conrad, 1975, p. 17). Segundo o autor, todos podiam possuir um escravo para servir-lhes, descrevendo os espaços ocupados por eles:

> Todas as classes e tipos de pessoas podiam ser donas legais de escravos: padres e frades, o Imperador e sua família, os ricos e os pobres, os negros e os brancos, o estrangeiro e o nacional. O próprio governo brasileiro contava com eles e usava em seu trabalho. Cento e setenta escravos da nação foram empregados em 1845 no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro. Duzentos e quarenta e quatro escravos trabalhavam regularmente em vários palácios e propriedades da Família Imperial em 1831 (Conrad, 1975, p. 17).

Além disso, é ressaltada a descrição dos escravos fugitivos; frequentemente, as marcas deixadas pelos castigos dos senhores serviam como fonte de informação para os capitães-do-mato. Freyre (2004) destaca que os escravos mencionados nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX podiam ser classificados pela etnia, origem tribal, sexo, idade, funções, formato corporal, temperamento, características psicoculturais de suas falas etc. Observamos a descrição da escrava Arminda, no conto *Pai contra mãe*: "Naquela reviu todas as suas notas de escravos fugidos. As gratificações pela maior parte eram promessas; algumas traziam a soma escrita e escassa. Uma, porém, subia a cem mil-réis. Tratava-se de uma mulata; vinham indicações de gesto e de vestido" (Assis, 1975, p. 56).

Arminda, por sua vez, estava impossibilitada de chegar ao mínimo sucesso que lhe fosse possível. Sobre isso, Pontes (2004) nos traz o conceito do idealismo neutralizado dos pobres diabos:

> Por idealismo neutralizado entendemos a impossibilidade do pobre diabo de alcançar qualquer objetivo no plano diegético, seja uma meta imediata ou uma meta de existência, pois mesmo que alcance um mínimo êxito, a duração da ação só se dá até o momento do fracasso, inerente à condição de pobre diabo (Pontes, 2014, p. 75).

Logo, vemos que, embora Arminda tenha encontrado uma fugaz "liberdade", ou seja, um pequeno alcance de sucesso, a existência desse momento durou apenas até Cândido encontrá-la e devolvê-la ao seu dono. Deste modo, verifica-se que a vida ficcional do pobre diabo é caracterizada por sua incapacidade de alcançar a realização, o que leva à perda de seu propósito e, finalmente, à sua ruína.

O senhor de Arminda está configurado como aquele que possui o poder sobre os outros, com a sua essência de moralidade sendo a nobreza, diferentemente de Cândido, que estava sob precárias condições financeiras, sem trabalho fixo e com duas pessoas para dar o sustento, mais um bebê que estava a caminho.

Vendo-se em situações escassas de fontes de renda, surge a Cândido a profissão sustentada pela escravidão: o capanga, capitão do mato. Nesse contexto, o papel do capitão do mato ganha destaque como uma das poucas alternativas viáveis para homens como Cândido, que, pressionados pela necessidade econômica, veem-se obrigados a participar do sistema opressor ao caçar escravos fugitivos: "Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo" (Assis, 2009, p. 60). Neste caso, então, quando nem o apadrinhamento nem o aluguel traziam ou mantinham o africano na Casa Grande ou na senzala, oferecia-se dinheiro a quem o levasse de volta. "Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse" (Assis, 2009, p. 60). Deste modo, vemos que a personagem de Cândido Neves é configurada como um sujeito desencaixado que não se fixa em nenhum trabalho. Candinho, vendo-se impedido de sair da pobreza decidiu ser capitão-do-mato e, dessa forma, conecta-se a outra personagem, Arminda, que lhe renderá cem mil réis após ser recapturada, dando-lhe a possibilidade de manter o filho sob seus cuidados, mesmo que temporariamente.

A partir disso, como o título do conto destaca, o conflito central entre Cândido, um homem branco e livre, e Arminda, uma mulher grávida e escravizada, revela de forma clara as relações sociais no Brasil escravista. O conto em questão aborda de maneira aprofundada o tema da escravidão, que sustenta todo o cenário narrativo, além de explorar questões como a pobreza, a falta de oportunidades para os trabalhadores e a marginalização daqueles que não são nem senhores nem escravos.

Cândido Neves sai à rua com raras esperanças de conseguir algo, todavia, o anúncio da escrava Arminda, que estava fugida, chamou sua atenção, ofereciam-se cem mil-réis por ela. Cândido sai investigando informações, mas não encontra nada.

> Voltou para a triste casa que lhe haviam emprestado. Tia Mônica arranjara de si mesma a dieta para a recente mãe, e tinha já o menino para ser levado à Roda. O pai, não obstante o acordo feito, mal pôde esconder a dor do espetáculo. Não quis comer o que tia Mônica lhe guardara; não tinha fome, disse, e era verdade. Cogitou mil modos de ficar com o filho; nenhum prestava. Não podia esquecer o próprio albergue que vivia. Consultou sua mulher e se mostrou resignada. Tia

> Mônica pintara-lhe a criação do menino; seria maior miséria, podendo suceder que o filho achasse a morte sem recurso (Assis, 1975, p. 56).

Neste ponto, Cândido Neves resolve levar seu filho à Roda dos enjeitados. Enquanto caminhava pelos becos e ruelas da cidade, ele avista Arminda, a escrava fugitiva. Deixa seu filho em uma farmácia e parte em busca dela. A possibilidade de manter seu filho enche-o de esperança. Esperança de um lado, medo do outro.

Enquanto para Cândido Neves a captura da escrava parecia um golpe de sorte, para Arminda significava o fim de uma rara chance de liberdade. As duas personagens misturam esperança e desespero, e o confronto entre elas se torna inevitável. O encontro entre eles revela o embate final contido no título do conto. Arminda, por sua vez, grávida, implora a Cândido que não a leve de volta, pois o seu senhor poderia castigá-la: “Arminda ia alegando que o senhor era muito mau, e provavelmente a castigaria com açoites, - cousa que, no estado em que ela estava, seria pior de sentir” (Assis, 2009, p. 68). Os apelos de Arminda são ignorados, apesar dela mencionar sua gravidez e as possíveis consequências para ela e seu bebê.

Arminda tenta se defender e pede ajuda, mas, sendo uma escrava fugitiva, sabia que ninguém viria socorrê-la. Ironicamente, Cândido Neves responde às súplicas de Arminda com a frase: "Você é que tem culpa. Quem lhe manda fazer filhos e fugir depois?" (Assis, 2009, p. 68). A cena é seguida por uma luta entre Arminda e Cândido Neves, que continua até eles chegarem à casa do senhor, que os esperava na porta. Depois, Cândido Neves recebe o pagamento e o triste destino do bebê que Arminda carregava se desenrola.

O capitão-do-mato e a escrava fugitiva são entrelaçados pela miséria, uma engrenagem importante do sistema escravista, pois ambos os envolvidos lutam pela sobrevivência de suas famílias. Arminda, por sua vez, não aceita a escravidão e os maus-tratos do dono, buscando a liberdade através da fuga, vivendo na clandestinidade. A mesma não possui armas para lutar por sua situação e, ao ser caçada por Candinho, é arrastada pela Rua da Ajuda e, ironicamente, ninguém a ajuda.

Deste modo, vemos que a sociedade consente tanto com a violência quanto com a retomada da propriedade, no caso, a escrava. A diferença entre Candinho e Arminda está na identificação do sistema econômico no qual, no entanto, coexistem, contraditoriamente: Cândido Neves, dentro do sistema capitalista, opõe-se à personagem Arminda, pertencente ao sistema escravista ainda vigente em nosso país.

Candinho está apenas um degrau acima do escravo, mas ele também é controlado pelo senhor, estando assim, ainda, em um nível inferior em relação à classe senhorial. Candinho é branco, pobre e marginalizado. Logo, vemos que o caçador de escravos se sente socialmente superior aos negros, mas vive em situação análoga dos miseráveis, fome e exclusão social dos homens e mulheres que caçam. Em sua superioridade ilusória, ele serve à classe senhorial, achando que se manteria no mesmo nível que os senhores. Observamos, portanto que o sistema escravista põe, na linha direta do combate, dois oprimidos, como a indicar que os dois não podem, em hipótese alguma, se libertar. Eis a inversão/perversão ideológica: camufla-se o combate entre opressor e oprimido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conto “Pai contra mãe” nos traz uma importante reflexão crítica sobre a representação complexa da sociedade brasileira do século XIX, marcada pelas profundas contradições e tensões do sistema escravista em exaustão. A partir da análise do contexto sociocultural, foi possível observar como as ideias liberais e materialistas da época, embora promovessem avanços científicos e filosóficos, coexistiram com uma realidade profundamente marcada pela opressão e pela desigualdade.

A narrativa revela a crueza das relações sociais em uma sociedade escravocrata, que tem a sua base de sustentação econômica sobre a exploração dos homens, sem lhes prover o mínimo de dignidade. A análise das personagens e das situações retratadas no conto permitiram a compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e das injustiças sociais que permeavam o Brasil daquele período. Assim, *Pai Contra Mãe* apresenta grande relevância histórica e social por proporcionar uma profunda reflexão sobre os dilemas éticos e morais em uma sociedade onde donos do poder não se importam com as consequências dos seus atos na anulação dos pobres diabos, que só têm as suas pobres vidas miseráveis.

O narrador não apenas conta a história de Cândido Neves, mas também expõe a precariedade enfrentada por homens livres (pobres diabos) em uma sociedade que ainda não havia assimilado plenamente as mudanças trazidas pela Abolição da escravidão. A escolha de Candinho em se tornar um "capitão do mato" reflete a ausência de oportunidades e a pressão econômica que o impeliam a aceitar um trabalho que, paradoxalmente, perpetuava a lógica opressiva da escravidão.

Cândido, embora seja um homem livre na ordem escravocrata, é um ser sem espaço social definido e sem função econômica relevante. Sua liberdade é apenas formal, já que depende do sistema senhorial e da ordem escravista para sobreviver. Para garantir sua subsistência, ele precisa se inserir como uma peça dentro dessa engrenagem que estrutura a exploração. Ele vive a mercê do regime de favores, morando numa casa que nem sequer lhe pertence, pois é de Mônica, tia de sua esposa, enquanto batalha para receber pequenas recompensas pelos serviços de capturar escravos fugidos. Sua sobrevivência está profundamente ligada à violência. E é sobre a miséria dos escravizados que ele afirma seu meio de vida, ainda que lhe seja mínimo, em relação ao que precisa.

Pode ser traçado um paralelo entre essa situação e o que vemos na contemporaneidade, quando percebemos a conservação das hierarquias e contradições análogas ao sistema escravocrata, que, mesmo após a Abolição, continuou a subjugar e explorar os mais vulneráveis. Podemos considerar como um ciclo de trabalho que envolve a pobreza extrema em que muitas pessoas vivem, o aliciamento dessas pessoas com falsas promessas de uma vida melhor e as condições de trabalho que prendem o trabalhador ao empregador, impedindo-o de romper essa relação de exploração. Além disso, as condições degradantes de trabalho, alimentação e moradia; a acumulação de dívidas, incluindo custos de transporte, ferramentas, comida e moradia, são também características desse trabalho contemporâneo que traz consigo vestígios do sistema escravocrata.

O conto *Pai contra Mãe* expõe essa lógica opressora na qual Cândido, em sua pobreza e falta de oportunidades, obriga-se a ser cúmplice do mesmo sistema que o marginaliza. A liberdade, nesse contexto, não é verdadeira, mas uma condição limitada pela necessidade de se submeter às regras de uma ordem social excludente e violenta, na qual o "pobre diabo" persiste mesmo após o fim oficial da escravidão.

Dessa forma, vemos que as dinâmicas de exploração e opressão se mantém através da pobreza, da precariedade do trabalho e da falta de oportunidades, o que força os indivíduos a se submeterem a escolhas degradantes para garantirem a sobrevivência. Assim como Cândido, que sacrifica a liberdade de Arminda para salvar seu filho, muitos hoje se veem impelidos a aceitar trabalhos desumanizantes que os aprisionam em uma lógica de exploração e servidão modernas.

Esse sistema de poder absoluto, que ainda predomina, constrói uma falsa sensação de liberdade, onde as pessoas se veem "livres" para trabalhar, mas, na realidade, estão presas a uma dinâmica que apenas reforça sua condição de vulnerabilidade e dependência, e ilustra a forma como a pobreza e a necessidade moldam e distorcem as decisões humanas.

Por fim, *Pai contra Mãe* revela que, num sistema marcado pela exploração e pela opressão, as escolhas dos indivíduos são profundamente condicionadas pelas circunstâncias em que se encontram. Assim, a obra se coloca como uma poderosa denúncia das condições que, de um modo ou de outro, continuam a influenciar e determinar a vida de tantos "pobres diabos" na sociedade brasileira, ontem e hoje.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Relíquias de casa velha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 49-59.

BOSI, Alfredo. **A máscara e a fenda**. Machado de Assis: antologia e estudos. São Paulo: Ática, 1982. p. 437-457.

CARNEIRO, Edison. **A lei do ventre livre**. *In*: Conferência pronunciada por Edison Carneiro no CEAO, no programa de comemorações, do centenário da Lei do Ventre Livre. 1971. p. 19-20

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil:** 1850-1888. Trad. Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: INL, 1975.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis:** a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à Primeira edição. *In*: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado rural no Brasil. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

IANNI, Octavio. **Raça e classes sociais no Brasil**. 3 ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IANNI, Octávio. **Metamorfoses do escravo:** apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

IHERING, Rudolf Von. **Teoria simplificada da posse**. Tradução Heloisa da Graça Buratti. São Paulo: Riedeel, 2005.

PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis:** estudo crítico e biográfico. 6. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

PIRES, Thula; GILL, Andréa. **Nem todas as crianças vingam**. 19 dez. 2017. Disponível em: https://emporiododireito.com.br/leitura/nem-todas-as-criancas-vingam-por-thula-pires-e-andrea-gill. Acesso em: 12 mar. 2024.

PONTES, Carlos Gildemar. A mulher, as cartas e o destino: história como tecido estruturante no conto de Machado de Assis. **Revista de Estudos Decoloniais**, Cajazeiras, PB, v 1, n 1. 12, 21. P. 1-14.

PONTES, Carlos Gildemar. **Seres Ordinários:** o Anão e outros Pobres Diabos na Literatura. Fortaleza: Acauã, 2014.

PUGLIESI, Lucas Bento. Estamos vivos aos olhos de Machado**?** – A ideologia através de pontos de vista sobre "Pai contra Mãe". **RELACult**, Foz do Iguaçu, v. 4, n. 2, maio/ago., 2018. p. 1-22

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.